



ESPAÇOS DE CULTURA COMO ESPAÇOS DE AÇÃO EDUCATIVA: O CASO DO AFRO-SUL ODOMODE, EM PORTO ALEGRE/RS.

Patrícia da Silva Pereira¹ (UFRGS e SMED/PMPA)

patizao2006@hotmail.com

Agência financiadora: não houve financiamento

RESUMO

Este artigo trata acerca das ações educativas não escolares, realizados em um Instituto Cultural da cidade de Porto Alegre/RS. Sendo o Instituto Sócio-Cultural Afro-Sul Odomode um espaço comunitário organizado como uma Organização Não Governamental – ONG, um Ponto de Cultura – MinC, e de Inclusão Cultural e Social – PMPA tem em suas ações, além do viés cultural, a ação social, assistencial e educativa, um espaço de resistência da história e cultura afro-gaúcha reconhecido socialmente, de cidadania e inclusão. A partir da caracterização da ação desta instituição, as peculiaridades em sua abordagem étnico-sócio-racial, discutirei as ações educativas ali realizadas, o papel destas instituições culturais no aprofundamento da discussão dos espaços educativos Não-Formais.

Palavras-chave: espaços educativos Não-Formais; organização não-governamental;

¹ Mestranda em Educação, da Linha de Pesquisa TRAMSE (Trabalho, Movimentos Sociais e Educação) da Faculdade de Educação – FACED/UFRGS. Orientador: Profº Dr. Paulo P. de Albuquerque. Supervisora em Educação/SMED/PMPA.

1 Introdução

Este artigo é fruto de reflexões iniciais a cerca das ações educativas em espaços Não-Formais, que direcionam a pesquisa da minha Dissertação. Estas reflexões iniciais me levaram a alguns questionamentos:

- a) como se dá a relação de ações multi-setorializadas, dentro de uma Organização Não-Governamental (ONG), que atua na áreas de cultura, assistência social e educação?
- b) de que modo o recorte etno-racial como temática pode ser transversa na atuação desta ONG?

Ao pensar a complexidade de relações deste espaço comunitário, o artigo aponta para as ações educativas deste espaço Não-Formal, buscando nas referências teóricas os conceitos-chave da Educação Não-Formal, para analisar as práticas realizadas.

Sendo assim, a ênfase do artigo parte da caracterização da ONG, sua história, constituição legal, ações efetivadas e atualmente em curso, relação com o Estado tanto para legalização como para captação de verbas de manutenção, relações com outros entes comunitários-sociais. Passa por caracterizar sua atividade-fim, que é o recorte étnico-racial e suas ações afirmativas, resgates culturais e históricos, e promoção da cidadania. E, finalmente, busca, através da análise, como se dão as ações educativas, apontando possibilidades investigativas para a pesquisa que se seguirá pela construção da Dissertação.

2 Problemática

A problemática está centrada no trabalho desta ONG, no fazer pedagógico comunitário, que se pretende uma práxis transformadora, geradora de aprendizagem social e construção de conhecimento coletivo deste grupo. **É nestes espaços de resistência social que a atuação das ONG's como espaços educativos Não-Formais, se não for mediadora, tende a reproduzir o papel de ação do educador na escola, como agente reprodutor da ideologia dominante.**

Hipótese que remete a seguinte problemática (contradição): **uma ONG, constituída como espaço cultural e assistencial, transversalizado como espaço étnico-racial, ao organizar sua ação educativa, tem na sua proposta o reconhecimento de que os conhecimentos construídos (legitimidade) podem ser partilhados coletivamente e ser ao mesmo tempo um lugar de resistência (não legitimidade).**

As questões de etnicidade, classe social, socialização X alienação, aculturação e exclusão social, são conceitos que se materializa nas práticas da ONG, tendo por foco o trabalho como construção de identidade e ação cultural e educativa, sendo voltada a atenção na autogestão dos grupos de trabalho.

O objetivo deste artigo é identificar como no espaço não-escolar e/ou Não-Formal, a ação pedagógica, pode ser crítica e transformadora, e se os conceitos de resistência, cidadania e educação, se efetiva como ações de sua contribuição para a justiça social das comunidades com que atua.

3 O espaço de atuação das ONG's

A convivência em grupos é uma atitude humana bastante comum e recorrente ao longo da história, mas complexas, constituindo, muitas vezes, tensas relações sociais – disputas territoriais, por riquezas, poder, entre etnias, classes sociais, etc. – e que constituíram e organizaram o conceito de Estado moderno. Nesta organização de Estado, as tensões entre classes sociais suscitaram estudos, que levaram ao entendimento que as relações entre os detentores do capital e a classe trabalhadora são contínuas, forçando o Estado (por seus interesses próprios) a mediar às relações entre capital e força de trabalho, cercando-se de legislações, setorizações, regulação das relações de mercado e das políticas sociais e estatais.

Nesta relação, dimensiona-se o conceito entre público e privado: o primeiro como o que remete à esfera da coletividade, ao exercício do poder, à sociedade dos iguais, aos que detêm o capital. E o segundo, como o que remete à esfera do individual, das relações particulares, à sociedade dos desiguais. Mesmo podendo ser vista como complementar, esta relação entre público e privado já não atende de forma satisfatória às demandas da sociedade moderna capitalista. Seja pela impossibilidade (financeira, administrativa e/ou operacional) ou foco político do Estado em suprir às solicitações que, em tese, estão sob sua responsabilidade, seja pelo desinteresse econômico do setor privado em assumir a responsabilidade sobre a produção de bens e serviços de interesse da coletividade, o fato é que existem atividades e setores produtivos que não são entendidos como de competência específica nem do Estado, nem da iniciativa privada.

É para suprir esta ausência ou inoperância tanto do Estado como da iniciativa privada, que surgem os grupos comunitários, associações, entidades sindicais e as ONG's – Organizações Não-Governamentais, denominado pelo pesquisador Rubem César Fernandes (1994) como **Terceiro Setor**. Podemos conceituar estes Setores da seguinte forma:

AGENTES	-> para ->	FINS:	SETOR:
Públicos	Públicos		Estado (1º setor)
Privados	Privados		Mercado (2º setor)
Privados	Públicos		Terceiro Setor
Públicos	Privados		Corrupção

*adaptado do texto de FERNANDES (1994).

As ONG's surgem no Brasil no período colonial, são caracterizadas por ações de solidariedade e pelo legítimo exercício de pressões políticas em favor de populações excluídas das condições de cidadania, ou também pelos direitos dos animais. As ONG's apresentam grande diversidade, principalmente temática, variando desde as entidades ligadas ao meio ambiente e aos grupos feministas, até as organizações voltadas à proteção da criança e do adolescente.

Barzano (2009) diz que as ONG's de hoje tem um viés diferenciado das que originalmente surgiram no período colonial, sendo que a maior parte delas surgiu após os anos 70, com a diminuição dos movimentos sociais organizados.

Considero, portanto, que nos últimos anos, as ONG não são apenas locais de assistência à população economicamente menos favorecida. Mais que isto, elas têm servido como polos difusores de conhecimentos, que participam tanto na formação de crianças, adolescentes e jovens, como na formação continuada de professores[...]. A partir da contribuição do quadro teórico apresentado e dos resultados obtidos em minha tese, reconheço nas ONG, um espaço em que encontro uma prática educativa que leva em consideração uma pluralidade de saberes, um local que busca a construção de um corpo de conhecimentos que ensina conteúdos/temas diferentes da escola, pois não se preocupa com a certificação e com a hierarquização das séries e disciplinas, por exemplo. (p.183-184)

Desta discussão, abordar as práticas educativas da ONG Instituto Sociocultural Afro-Sul Odomode, as ações culturais e assistenciais, e respectivas relações legais e subsídios legais, nos projetos efetivados, pode ser o lugar privilegiado para analisar como se objetiva um espaço educativo Não-Formal.

4 Uma ONG afro-gaúcha: resistência e cidadania

Legalmente, os africanos e seus descendentes não tiveram direitos desde sua chegada a *Terra Brasilis* no século XVI, passando por quase quatro séculos de escravização, exploração, torturas e assassinatos em massa. Parte deste processo de exclusão se deu pela proibição de acesso dos negros à escolarização, com legislações que determinavam que somente brancos e livres pudessem frequentar os bancos escolares. Isto, fundamentado por ideias de supremacia racial branca, teorias científicas que embasavam tais ideias, e interesses econômicos que aprofundavam o abismo racial e social existente, fazendo com que famílias brancas pressionassem pela manutenção dos negros fora da escola.

Mesmo assim, argumenta Isabel S. dos Santos (2012), sabe-se que desde o século XVII existiram notícias de negros escravizados ou não, que foram alfabetizados, tornando-se escritores, jornalistas, teatrólogos, professores, etc. Mesmo após a Abolição da Escravatura, os negros seguiam excluídos do acesso á escolarização. Entre as décadas de 40-70 do século XX, o mito da “democracia racial” perpassou as discussões sobre o acesso à escola pública, mas o que não quer dizer que a mobilidade social foi facilitada aos negros. Mas se não lhes era dado acesso, e dificultado a permanência de negros, livres ou escravizados, outras estratégias foram criadas por estes para suas aprendizagens.

Grupos religiosos, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de POA/RS, se dedicava à educação de crianças órfãs de famílias pobres, e juntando verbas para aquisição de alforrias, desafiando as barreiras de exclusão desta população. Entidades como Floresta Aurora e Satélite Prontidão, entre outros, agregaram a comunidade negra portoalegrense, a partir de eventos sociais, musicais, de arte, teatro e, também, de alfabetização e resgate histórico dos valores e conhecimentos ancestrais, além da assistência financeira e jurídica, pois muitas foram às invasões nestes espaços, e nas casas de religiões de matriz africana, por parte da polícia local, como forma de impedir que estas práticas culturais “menores”, “primitivas” se disseminassem. O racismo não era (nem é) apenas social, dos brancos, mas estatal, pela ação policial e perseguição cultural e religiosa.

Cabe lembrar que se trata de uma cultura de povos tradicionais, cuja memória geracional é através da oralidade. Tudo o que se aprendia era na prática educativa cotidiana do trabalho dentro destes espaços, no fazer diário com os mais velhos, nossos ancestrais, no culto religioso que ainda se faz em língua banto-yorubana, que se educa e perpetua os

conhecimentos e relações com a história trazida da África, e das correlações e mutações adquiridas a partir dos quilombos, morros e senzalas brasileiras. Como nos lembra CIAVATTA (2009), citando o pensamento de Marx (1979), “no caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano”. Tanto ele, como outros autores (Lukács por exemplo) que partiram de sua discussão teórica básica, o materialismo histórico, entendem “o trabalho como atividade fundamental do ser humano, ontocriativa, que produz os meios de existência na relação do homem com a natureza, a cultura e o aperfeiçoamento de si mesmo”.

Seguindo este rastro de agremiações especificamente com viés étnico-racial, surge em 1974 o Grupo Afro-Sul de Música e Dança, a partir da reunião de um grupo de jovens negros que criou uma banda de música, para participar de um festival musical de uma escola da cidade, e que, para que se saíssem melhor, optaram por incluir bailarinos ao grupo.

Em 1980, participaram da fundação da Escola de Samba Garotos da Orgia, para trazer ao carnaval apenas temas enredos relacionados à cultura afro-brasileira, sendo que 1998 assumiram a direção. Porém em 1999, perceberam a necessidade troca para Sociedade de Ação Social, Recreativa, Beneficente, Cultural e Bloco Afro Odomode (Raiz Afro-Gaúcha). A criação do Bloco Afro Odomode não estabeleceu um rompimento total com a comunidade carnavalesca, pois seguiu desfilando até 2011, porém com um olhar focado em seus objetivos.

A partir da criação do Odomode, a quadra que era utilizada pela Escola de Samba foi transformada em Centro Cultural de Ação Social, com a concepção e execução de um projeto de inclusão sociocultural, onde há oportunidade de criar e experimentar inúmeras práticas pedagógicas, estando orientada também pela efetivação da Lei 10.639/03, que faz constar nos currículos escolares a História da África e do Negro no Brasil.

A diretoria do espaço realiza suas atividades apoiada por uma equipe técnica multidisciplinar composta por Sociólogo, Pedagoga, Assistente Social, Fisioterapeuta e Pediatra, além de estudantes de outras graduações. Para a operacionalização do trabalho, a Instituição conta com educadores sociais, oficineiros de música, dança, hip hop, capoeira, educação ambiental, recreação e reforço pedagógico. A Instituição atende crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, de comunidades carentes situadas ao entorno de sua sede, em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo um trabalho pautado na ressignificação dos vínculos sociais e da rede de apoio, com o propósito de viabilizar um

espaço de criação, de valorização e de fortalecimento de suas potencialidades e de desenvolvimento da autoestima e cidadania, provocando indagações e questionamentos dos quais fazem parte a crítica de sua realidade, entendendo assim, como se constituem os espaços de igualdade e desigualdade social, de resistência e superação da lógica de reprodução cultural e social.

É importante destacar que, apesar de todas estas referências e vinculações a órgãos estatais, sejam de educação, assistência social, judiciário ou cultural, toda a manutenção do espaço cultural provêm de ações pontuais específicas do Grupo: os eventos abertos ao público que garantem a renda de manutenção do local; os eventos culturais promovidos por entidades parceiras; Projetos Culturais para apresentação do Grupo de bailarinos adultos, nos Teatros da capital, ou cidades que se credenciam, de forma gratuita para a comunidade e escolas, ou com ingressos subsidiados, como o espetáculo “O Negro no Rio Grande do Sul”, 2012/2013; oficinas abertas ao público, com valores acessíveis/populares. Não há investimento ou patrocínio específico ao grupo, que subsidie todas as suas atividades e/ou trabalhadores, nem de empresas nem dos órgãos públicos. É uma atividade social, comunitária e, por parte de muitos de seus integrantes, filantrópica!

São ações diversificadas, em áreas afins, que constituem um entrelaçamento de objetivos, fundamentados no processo de cidadania dos descendentes afro-gaúchos, buscando resistir ao processo social de cooptação, de invisibilização, de perda de referência, perda da identidade que os une enquanto Negros.

5 Espaço Não-Formal e/ou Educação Não-Formal?

Dentro de ONG's como o Afro-Sul Odomode, as atividades culturais e assistenciais se desenvolvem de maneira conjunta, com uma lógica de envolver as crianças, adolescentes e jovens em atividades lúdicas, atraindo suas famílias para que participem do cotidiano destas crianças e de outras atividades, tanto assistenciais, culturais e comunitárias voltadas ao público adulto. Ou seja, uma criança ou jovem que participa das atividades de dança ou percussão, frequenta-a em turno inverso ao da escola, visto que a entidade preconiza a frequência e aproveitamento escolar como base da participação dos jovens atendidos. Como forma de interagir e envolver as famílias destas crianças e jovens, e também de mostrar o trabalho feito com estes, é organizado apresentações culturais nos eventos ao público (chás, jantares, almoços, etc.) em geral, como forma de motiva-las e favorecer o desenvolvimento da

autoestima. As atividades ocorrem nos três turnos do dia, distribuídos ao longo da semana, além de sábados, e nos domingos se necessário.

Para as crianças, jovens e adolescentes (4 a 18 anos), que participam das oficinas culturais gratuitas (percussão, dança afro e capoeira), as atividades ocorrem durante a semana, assim como as aulas do PROJOVEM Adolescente, que foca em atividades culturais e recreativas complementares. Dentre as Oficinas abertas à comunidade, não gratuitas, temos as de Dança Afro, PilAfro (Pilates com dança Afro) e Percussão Geral, que são voltadas para o público jovem e adulto, no turno da noite.

Já nos finais de semana, além das atividades culturais e festivas abertas ao público, acontecem os ensaios de Dança dos dois Corpos de Bailarinos: o grupo jovem e o grupo adulto, que já compõem as atividades externas de dança e música do Odomode. O grupo adulto é o modelo para o grupo jovem, não só pela técnica mais apurada em diversos tipos de Danças, mas no envolvimento com as atividades filantrópicas e comunitárias, pois a maioria faz parte da Diretoria da Entidade, está desde muito jovem dançando no grupo, se apresenta nos Teatros e eventos culturais da cidade e no Estado. É a geração em que se apostou a continuidade dos conhecimentos ancestrais e atendimento cooperativo dos outros jovens Negros excluídos, discriminados e marginalizados.

As ações assistenciais se constituem de duas formas: a primeira são as que perpassam as ações culturais e educativas, pois apesar de num primeiro momento parecer o PROJOVEM ser uma ação intrinsecamente educativa, escolar, ela é referenciada nos CRAS, idealizado pelo MDS; a segunda, está nos encaminhamentos e orientações para questões envolvendo benefícios sociais e previdenciários, para auxílio jurídico, vaga em escola, etc. Há o Projeto de, futuramente, conquistar financiamento que subsidie a constituição de um Grupo de Economia Solidária, para geração de emprego e renda às famílias das crianças atendidas no Instituto.

Há ainda a ação Griô: forma oral de transmissão das histórias dos antepassados, suas dificuldades e conquistas, e as ideias e visões de mundo, diferenciadas da visão hegemônica eurocêntrica, que nos é imposta na sociedade capitalista, formando assim uma ação coesa de identidade afro-gaúcha, de grupo étnico, que perpassa por todas as atividades culturais e assistenciais. Para além da cor da pele, a ideologia de grupo, a auto-identificação é cultural e de visão de mundo, em muitos momentos, mais ampla que na escola regular, por ser por adesão voluntária (ou convencimento familiar) e sem o formalismo tradicional escolar. Silva (2009) nos remete à noção de que “os grupos étnicos se distinguem de outros grupos por

serem percebidos pelos outros grupos pela sua continuidade ao longo da História, por apresentarem ascendência comum e serem idênticos, apesar de separados pelo espaço geográfico”. Assim, seus membros se consideram portadores de uma cultura e de determinada tradição que os diferenciam dos outros grupos; se concebem a partir da origem e da tradição, isto é, em relação ao critério de identidade étnica, para serem ou não identificados e se identificarem.

Se este grupo organiza suas atividades culturais e assistenciais, com uma organização pedagógica de aprendizagem a partir do trabalho, da vivência, da experiência, do fazer cotidiano, da escuta das gerações anteriores, numa transversalização temática étnico-racial, sem os formalismos da escola, entendemos estes como espaços Não-Formais de educação. Espaços estes que buscam, através da ação filantrópica-social-cultural, chegar às pessoas que estão à margem de processos educativos significativos, que negligenciam sua construção histórica e cidadã, mantendo-os oprimidos e alienados. Jacobucci (2008) define, de forma sintética, que “os espaços Não-Formais relacionam-se com Instituições cuja função básica não é a Educação formal e com lugares não-institucionalizados”. Assim, as instituições do Terceiro Setor, comunitárias, coletivos, movimentos sociais e ONG’s, que não tem por função a escolarização formal, com fins de certificação de etapas de escolarização, como o Afro-Sul Odomode, são considerados espaços Não-Formais de educação, coletiva e transformadora.

Buscando definir este espaço como um espaço de ação pedagógica Não-Formal de educação, como se dará as ações educacionais ali desenvolvidas? Há certas confusões (ou diversidades) teóricas nesta definição do formalismo da educação. Gohn (2006) estabelece as seguintes características de práxis pedagógica em processos de educação Não-Formal: é aquela em que se aprende via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas carregadas de valores e culturas próprias; o grande educador é o “*outro*”, aquele com quem interagimos ou nos integramos; os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, ou seja, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais, guiado à luz das diretrizes de dados grupo. Já Jacobucci (2008) lembra-nos que “há muitos exemplos de professores que adotam estratégias pedagógicas variadas para abordar um determinado conteúdo, fugindo do tradicional método da aula expositiva não dialogada”. Mas repara que “também há exemplos de aulas estritamente tradicionais e autoritárias sendo realizadas em espaços Não-Escolares”.

Portanto, a partir destas definições, nesta ONG o trabalho educativo caracteriza-se como Não-Formal, tendo suas ações uma intencionalidade intrínseca ao seu ponto central

ideológico, enquanto movimento social étnico-racial, se expandindo desde as ações culturais e assistenciais, para as ações educativas desde a formulação e prática de planejamentos, como monitoramento e avaliação. Mas estas ações educativas não tem o caráter de titulação e/ou promoção específica, mas de aquisição de conhecimento e complexidade sucessiva das habilidades, percebe-se que o processo educativo neste espaço de educação Não-Formal ocorre em situações de interação coletiva, construídas e autogeridas pelo grupo envolvido “no sentido dos trabalhadores se reappropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história” (NASCIMENTO, 2004): sua história, sua identidade ancestral, sua visão de mundo, sua autoestima, sua liberdade e cidadania.

6 Conclusões

Estas reflexões iniciais sobre a ação educativa na ONG Fundação Afro-Sul Odomode, apontam para um intercruzamento entre as ações culturais e assistenciais que resultam, por suas intencionalidades, em uma práxis pedagógica híbrida, porque é coletiva e auto-gestionária, no sentido da ação cidadã, mas assistencialista pois atende as fragilidades e complexidades das necessidades sociais.

Claro que, para um estudo mais amplo, o aprofundamento das observações acima exige uma análise mais aprofundada das ações ali desenvolvidas, e do contexto ideológico étnico-racial que perpassa por todas estas atividades. Mas já se depreende que este espaço apresenta características de espaço educativo Não-Formal, bem como as ações ali desenvolvidas, tem característica de constructo coletivo, de organização social com identidade étnico-racial bem definida, o que, portanto, lhe caracterizaria como um espaço Não-Formal de educação Não-Formal.

Reconhecer tais possibilidades e características tão diversificadas é enriquecedor porque traduz a dinâmica dos movimentos sociais. Traz em si o entusiasmo de seguir na pesquisa e conceituação, divulgando as ações de nossa sociedade, na busca de condições mais justas e igualitárias, de acesso e materialização das ações de cidadania e igualdade racial e social.

Referências

- BARZANO, Marco Antônio Leandro. **Uma ONG e suas práticas pedagógicas: uma contribuição para a educação não formal.** Revista FACED Salvador, n.15, jan/jul, 2009.
- CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo.** Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Osvaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, 2009. <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html> (consultado em 29/09/2013, as 21h20).
- FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém Público: o Terceiro Setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação de políticas públicas Educacionais.** Rio de

Janeiro, v.14, n.50, p 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Contribuições dos espaços Não-Formais de educação para a formação da cultura científica.** Revista EM EXTENSÃO, Volume 7. Uberlândia, Minas Gerais: 2008.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “Novo Cooperativismo”.** Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2004

SANTOS, Isabel Silveira dos. **Contando outras Histórias sobre a educação de Negros(as).** UNIAFRO/FACED/UFRGS. Agosto/2013.

SILVA, Inayá Bittencourt e. **O Racismo silencioso na Escola Pública.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin. Uniara, 2009.

Siglas

PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS
SMED	Secretaria de Educação de Porto Alegre/RS
MinC	Ministério da Cultura;